

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO

PARECER DE RELATORIA

Referência: Projeto de Lei nº 13/2023

Autor: Deputada Janad Valcari

Assunto: Veda a contratação de condenado por violência doméstica contra a mulher em cargos e empregos públicos na administração direta e indireta. (Lei Daniellie Lustosa)

Relator: Deputado Professor Júnior Geo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJ

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de proposição desta Casa de Leis que visa vedar a contratação de condenados por violência contra a mulher em cargos e empregos públicos da administração direta e indireta.

Dessa forma, de acordo a autora, visa-se garantir que condenados com trânsito em julgado por crime de violência contra a mulher previstos nas Leis nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), sejam impedidos de serem contratados e/ou nomeados em cargos públicos, com intuito ainda de preservar a integridade física e psicológica de mulheres servidoras públicas do Estado do Tocantins.

A propositura foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer acerca de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 46, I, "a" combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno.

É o relatório.

2. DO FUNDAMENTO JURÍDICO

Inicialmente, cumpre aludir que a propositura não se encontra entre aquelas de iniciativa privada, indicada no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, de modo que é facultado a qualquer parlamentar apresentar projeto de lei sobre o tema.

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

[Gab. Dep. Professor Júnior Geo] – [GDPJG]

Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N – Palmas – Tocantins

CEP 77.003-905 – Telefone: (63) 3212-5162/5163 – E-mail: [professorjuniorgeo90@al.to.leg.br]

www.al.to.gov.br



GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO

Depreende-se que é de valoração positiva inconteste o Projeto de Lei apresentado. Contudo, ressalta-se que existe em vigor no âmbito do legislativo estadual, a Lei nº 3.531 de 14 de agosto de 2019, que já dispõe sobre a vedação para nomeação de condenados por violência contra a mulher em cargos e empregos públicos na administração direta e indireta.

Desse modo, o Regimento Interno da Casa regulamenta através do art. 148, que se considere prejudicadas a discussão ou a votação de **qualquer projeto idêntico a outro** que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma Sessão Legislativa, ou transformado em diploma legal.

Ante o exposto, haja vista o PL estar prejudicado em virtude de Lei idêntica em vigor, Lei nº 3.531 de 14 de agosto de 2019, **VOTO** pelo **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº 13/2023

É o Parecer.

Palmas, 07 de março de 2023



PROFESSOR JÚNIOR GEO
Deputado Estadual



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)
Deputado(a) PROF. JÚNIOR GEO., referente
ao(a) PK nº 13/2023, na Reunião da **Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.**

Encaminhe-se(a)(ao) ARQUIVO.

Sala das Comissões, 07 de Março de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

MEMBROS SUPLENTES

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**